

**Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras  
- CTPOAR -**

**Ata da 115ª Reunião**

**Data:** 02 e 03 de agosto de 2017

**Hora:** Dia 02/08: 09h00 às 17h00 (Reunião Conjunta CTAS-CTPOAR)

Dia 03/08: 09h00 às 17h00 (Reunião da CTPOAR)

**Local:** SEPN 505 (W2 Norte), Lote 2, Bloco B, Sala CT-01 (dia 02/08) e Sala S-01 (dia 03/08),  
Brasília/DF

**REPRESENTANTES:**

**Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA:** Maria Emília Borges Alves  
([maria.emilia@agricultura.gov.br](mailto:maria.emilia@agricultura.gov.br));

**Ministério do Meio Ambiente/ANA:** Luiz Henrique Pinheiro Silva ([luizhenrique@ana.gov.br](mailto:luizhenrique@ana.gov.br));

**Ministério do Meio Ambiente/SRHQ:** Mirela Garaventa ([mirela.garaventa@mma.gov.br](mailto:mirela.garaventa@mma.gov.br));

**Conselhos Estaduais - MG/ES:** Thiago Figueiredo Santana  
([thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br](mailto:thiago.santana@meioambiente.mg.gov.br));

**Conselhos Estaduais - MT/GO:** Fernanda dos Santos Ferreira ([fernandaferreira@sema.mt.gov.br](mailto:fernandaferreira@sema.mt.gov.br));

**Conselhos Estaduais - RJ/SP:** Célia Regina Buono P. Poeta ([cpoeta@sp.gov.br](mailto:cpoeta@sp.gov.br));

**Conselhos Estaduais - DF/PR:** Rafael M. Mello ([rafael.mello@adasa.df.gov.br](mailto:rafael.mello@adasa.df.gov.br));

**Conselhos Estaduais - AL/RN:** Nelson César Fernandes Santos ([nelsonemparn@gmail.com](mailto:nelsonemparn@gmail.com));

**Conselhos Estaduais - PA/AM:** Ausente;

**Conselhos Estaduais - MA/CE/PI:** Diego Lima Matos ([diegolmatos@gmail.com](mailto:diegolmatos@gmail.com));

**Irrigantes:** Gustavo dos Santos Goretti ([gustavo.goretti@cna.org.br](mailto:gustavo.goretti@cna.org.br));

**Prestadoras de Serviço Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário:** Paulo  
Roberto da Veiga Franco ([pfranco@sanepar.com.br](mailto:pfranco@sanepar.com.br));

**Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica:** Renato Júnio Constâncio  
([renato.constancio@cemig.com.br](mailto:renato.constancio@cemig.com.br));

**Indústria:** Zeila Piotto ([zeila.piotto@fiesp.com](mailto:zeila.piotto@fiesp.com));

**Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas:** Sebastião V.  
Bosquilia ([sbosquilia@sp.gov.br](mailto:sbosquilia@sp.gov.br));

**Organizações não governamentais:** João Clímaco ([fonascdbh@yahoo.com.br](mailto:fonascdbh@yahoo.com.br));

**Organizações Técnicas de Ensino e Pesquisa:** Tânia Lúcia Graf de Miranda  
([tania.miranda@lactec.org.br](mailto:tania.miranda@lactec.org.br)).

**DEMAIS PRESENTES:**

Antonio Costa Lima Junior ([juridico@aesbe.org.br](mailto:juridico@aesbe.org.br));

Dimitri Guimarães Aviles ([dimitri@furnas.com.br](mailto:dimitri@furnas.com.br));

Guilherme Roche Macedo ([grmacedo@furnas.com.br](mailto:grmacedo@furnas.com.br));

Igor Souza Ribeiro ([igor.ribeiro@mme.gov.br](mailto:igor.ribeiro@mme.gov.br));

Letícia Costa Maura Leite ([leticia@furnas.com.br](mailto:leticia@furnas.com.br)).

**DEMAIS PRESENTES NA REUNIÃO CONJUNTA:**

Vide lista de presença anexa.

**RELATORIA:** Antônio C. R. Miranda ([antonio.miranda@mma.gov.br](mailto:antonio.miranda@mma.gov.br)).

**ASSUNTOS DISCUTIDOS EM REUNIÃO CONJUNTA CTAS-CTPOAR (dia 02 de agosto):**

Item 01 - Continuação das discussões sobre a proposta de Resolução que “estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos”: O **Sr. Zoltan Romero (OTEP/CTAS)** deu início aos trabalhos, dando boas-vindas aos presentes e solicitando uma rodada de apresentações. Na sequência, fez um informe sobre a reunião extraordinária marcada pela CTAS para 12 de setembro para discutir o Projeto Legado da ANA, para verificar se os membros da CTPOAR teriam interesse compatibilizar sua agenda e marcar uma reunião na mesma época para viabilizar mais uma reunião conjunta entre as Câmaras Técnicas, se assim for necessário. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG/CTPOAR)** entendeu que a CTPOAR assistirá a mesma apresentação da ANA sobre o Projeto Legado e que então decidirá sobre sua agenda posteriormente. O **Sr. Antônio Miranda (MMA/SRHQ)** informou sobre referências adicionais sobre outorga integrada de águas superficiais e subterrâneas, sugeridas pela **Sra. Jussara Cabral (ABRH)**, as quais foram disponibilizadas junto às demais referências na pasta do link compartilhado com os membros das duas Câmaras Técnicas. A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** complementou que a **Sra. Jussara Cabral (ABRH)** também fez sugestões pontuais à minuta de resolução sobre gestão integrada que estava em elaboração, as quais estavam incluídas no documento que poderia ser discutido pelos presentes. O **Sr. Luiz Henrique (ANA/CTPOAR)** lembrou que já foram amplamente discutidos os primeiros artigos (até o Art. 4º), e que as propostas deveriam ser analisadas a partir deste artigo, não devendo voltar aos pontos já vencidos. Com a concordância dos demais, as discussões se iniciaram a partir do Art. 5º, o qual foi lido pelo **Sr. Zoltan Romero (OTEP/CTAS)**. Então a **Sra. Márcia Gaspar (ANA/CTAS)** informou sobre uma proposta de redação discutida com a área de planejamento da Agência, a qual inclui a palavra “existente” e retira a parte “indicar a adequação”. O **Sr. Nelson Santos (CERH-RN/CTPOAR)** fez uma proposta de redação sugerindo a avaliação ou observação da rede hidrometeorológica com vistas à sua adequação para a gestão integrada. A **Sra. Maricene Paixão (CERH-MG/CTAS)** também lembrou que não deveria repetir a ideia que já foi colocada no Art. 6º. Houve longa discussão a respeito da redação do Art. 5º em relação à indicação da adequação, ou implantação, ou avaliação da rede de monitoramento, bem como sua compatibilização com o Art. 6º. Na votação se a matéria da rede de monitoramento seria tratada como (i) Parágrafo Único do Art. 4º ou (ii) Art. 5º, vencendo a opção (i), com a ressalva que o caput do Art. 4º deveria ser revisado, conforme salientado pela **Sra. Zeila Piotto (Indústrias/CTPOAR)**. Por fim, o caput do Art. 4º foi revisado, e a redação que trata sobre a observação da rede de monitoramento necessária entrou como um Inciso V neste artigo, com apenas duas abstenções: **Sr. Nelson Santos (CERH-RN/CTPOAR)** e **Sr. Wilson Azevedo (Pesca e Turismo)**. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG/CTPOAR)** então passou à leitura do Art. 5º, e, com as contribuições dos presentes, o texto foi ajustado com a retirada dos termos “conectividade dos rios” e “existentes”, e com a redação da parte final do texto sugerida pelo **Sr. Edmar Eufrásio (Indústrias/CTAS)**, o texto foi aprovado por unanimidade pelos presentes. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP/CTAS)** passou então à leitura do Art. 6º, salientando que este artigo com seus respectivos incisos e parágrafos, constituem o núcleo da proposta de Resolução. Os presentes manifestaram dúvidas sobre as diferenças entre “atos regulatórios” e “atos normativos”, o que foi elucidado pelo **Sr. Thiago Santana (CERH-MG/CTPOAR)**, que explicou que os “atos normativos” são os emitidos pelos colegiados (CNRH e CERHs) para normatizar procedimentos, já os “atos regulatórios” são instrumentos administrativos formalizados pelos órgãos gestores para orientar sua atuação, e também para efetivar determinada ação regulatória junto aos usuários de recursos hídricos, considerando o disposto nas leis e normativos existentes, por exemplo, as portarias e resoluções que são emitidas a cada outorga que é emitida. O **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH/CTAS)** sugeriu substituir o termo “contribuição” por “conectividade” para compatibilizar com as definições estabelecidas inicialmente na proposta de resolução. Propôs a inclusão do termo “sustentabilidade” no caput do Art. 6º, e a inclusão de uma menção aos estados e Distrito Federal, no sentido de fomentar que estes entes sigam o que está disposto na proposta de resolução. Por fim, com 1 voto contrário (**Sr. Nelson Santos (CERH-RN/CTPOAR)**) e 3 abstenções (**Sra. Zeila Piotto (Indústrias/CTPOAR)**, **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)**, **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH/CTAS)** e **Sr. Gustavo**

**Goretti (Irrigantes))**, o caput foi aprovado da seguinte forma: “Art. 6º Para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos, as autoridades outorgantes elaborarão Atos Regulatórios, observadas as seguintes situações:”, com a ressalva de que o termo “atos regulatórios” deverá ser verificado o termo mais adequado junto à CTIL. Nos incisos I, II e III, a sugestão feita pela **Sra. Márcia Gaspar (ANA/CTAS)** e pelo **Sr. Zoltan Romero (OTEP/CTAS)** de substituir o termo “fluxo de base” por “vazão de base”, foi acatada pelos presentes. Houve votação sobre a redação destes incisos, com as seguintes opções: (i) iniciando pela descrição das condições; (ii) iniciando com os Atos regulatórios; e (iii) colocar os atos regulatórios em um parágrafo específico. Venceu a opção (i) com 13 votos. Passou-se à análise dos parágrafos 1º ao 6º, na qual o **Sr. Luiz Henrique (ANA/CTPOAR)** ressaltou a inovação trazida com relação à necessidade de articulação entre os entes federativos com vistas à promoção da gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas. O **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** sugeriu substituição do termo “articular-se-ão” por “pactuarão” nos parágrafos 3º e 4º, mas no fim das discussões optou-se por manter estes parágrafos com suas redações originais. A **Sra. Zeila Piotto (Indústrias/CTPOAR)** propôs a inclusão ao final do §6º da seguinte frase: ouvidos comitês de bacias hidrográficas e conselhos, quando couber. Esta proposta foi defendida também pelos **Srs. Gustavo Gazzinelli e João Clímaco (FONASC-CBH)**. O **Sr. Luiz Henrique (ANA/CTPOAR)** lembrou que não existe previsão na Lei 9.433/97 e nem nas resoluções a oitiva aos CBHs nos processos de alocação de água pelos órgãos gestores, mas que os CBHs têm um papel fundamental na definição das diretrizes e critérios para outorga e enquadramento de água nas bacias, por meio dos planos de recursos hídricos, e que estes balizam os processos de emissão de outorgas pelos órgãos gestores. Após longa discussão, o **Sr. Zoltan Romero (OTEP/CTAS)** então abriu para a votação a inclusão do acréscimo sugerido ao §6º, a qual foi aprovada com uma abstenção pelo **Sr. Wilson Azevedo (Pesca e Turismo)**, e 5 votos contrários, considerando que tal inclusão deverá passar por consulta à CTIL sobre a previsão legal da oitiva aos CBHs e CERHs no momento dos atos de alocação de água, conforme salientado pelo **Sr. Luiz Henrique (ANA/CTPOAR)** o qual registrou voto contrário à proposta em função da dúvida em relação à previsibilidade legal. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG/CTPOAR)** passou à leitura do Art. 7º o qual foi aprovado sem objeções pelos presentes. Após o Art. 7º, o **Sr. Gustavo Gazzinelli (FONASC-CBH/CTAS)** lembrou de um artigo que teria sido removido da proposta em tela, o qual tratava do incentivo aos estudos em conjunto entre os órgãos gestores, incluindo a CPRM, sobre a conectividade entre águas superficiais e subterrâneas visando ao fortalecimento da gestão integrada. O inteiro teor deste artigo então foi recuperado e incluído na proposta, sendo que os presentes concordaram em retirar a especificação dos órgãos responsáveis pela promoção destes estudos, cabendo à União e aos estados incentivar e realizar estes estudos. A **Sra. Maria Antonieta (MME/CPRM-CTAS)** esclareceu que no âmbito da União, a ANA e a CPRM são os principais executores de estudos de águas subterrâneas e superficiais, conforme colocado no Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH). Houve muita discussão em torno da obrigatoriedade da União em realizar estes estudos, conforme a redação que estava proposta. Porém, a **Sra. Márcia Gaspar (ANA/CTAS)** esclareceu que não há como determinar aos entes da União a obrigatoriedade da realização de estudos em articulação com os estados, já que os estados podem optar por não realizar estes estudos, argumento reforçado pela não pertinência de se impor algo que não esteja previsto no PNRH, conforme lembrou a **Sra. Zeila Piotto (Indústrias/CTPOAR)**. A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ-CTAS)** propôs nova redação sugerindo que a União, em articulação com os estados, priorizasse estes estudos. Pelo adiantar da hora, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG/CTPOAR)** passou a sugerir que as discussões sobre este artigo incluído após o Art. 7º possa retornar na próxima reunião conjunta. **NOTA:** Outras sugestões e alterações de texto podem ser verificadas no texto do documento analisado, disponível entre os documentos da reunião conjunta no portal do CNRH.

[Assuntos Gerais / Encerramento:](#) o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG/CTPOAR)** lembrou que possibilidade da reunião conjunta entre a CTAS e CTPOAR em setembro ficou de ser verificada após a reunião exclusiva da CTPOAR no dia seguinte. O **Sr. Zoltan Romero (OTEP/CTAS)** reiterou que será encaminhado um documento à CTIL visando solucionar as dúvidas de ordem institucional e legal surgidas no Art. 6º e no §6º do mesmo artigo. Informou também sobre o Seminário Nacional de Águas Subterrâneas, promovido pela CTAS previsto para acontecer nos dias 22 a 24 de novembro,

em Salvador, BA, estendendo o convite a todos os membros da CTPOAR, sugerindo também a possibilidade de se marcar a reunião conjunta entre as CTs para a ocasião do evento, ao que todos concordaram. Por fim, a reunião conjunta CTAS-CTPOAR foi encerrada.

---

#### ASSUNTOS DISCUTIDOS NA REUNIÃO CTPOAR (dia 03 de agosto):

Item 02 – Abertura/Informes: O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** iniciou a reunião cumprimentando a todos os presentes, questionando aos presentes se teriam algum informe a fazer. A palavra foi passada ao **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** que saudou os presentes e apresentou informe sobre a aprovação de uma Resolução pelo CERH-PR enquadrando todos os rios estaduais do Paraná na classe de qualidade 4, o que tem gerado grande transtorno jurídico para o FONASC-CBH. Informou também que o CERH-MA está a 9 reuniões consecutivas que não consegue atingir o quorum mínimo para sua realização, o que tem gerado uma situação adversa com muitas decisões sendo tomadas *ad referendum* e à revelia da participação social. O **Sr. Paulo Franco (SANEPAR)** esclareceu que a situação do enquadramento dos corpos hídricos no Paraná tem mobilizado tanto o CERH-PR quanto os CBHs estaduais com vistas a, num período de 30 anos, os rios atinjam no mínimo a classe de qualidade 3, ou seja, não havendo mais nenhum rio de classe 4 no Estado, e que este processo de definição tem envolvido ampla participação da sociedade por meio dos colegiados de recursos hídricos estaduais. A **Sra. Tânia Graf (OTEP)** salientou que participa também no CERH-PR, esclarecendo que as discussões têm sido amplas em torno do prazo (até 2030 ou 2040) para que não existam mais rios de classe 4 no Estado, e que o Conselho Estadual tem aprovado as propostas de enquadramento deliberadas nos CBHs, os quais continuam trabalhando normalmente em suas propostas de enquadramento. Em seguida, o **Sr. Antônio Miranda (MMA/SRHQ)** apresentou informe sobre a demanda encaminhada por Furnas à Secretaria Executiva do CNRH, e que os representantes informaram que participarão da reunião para contextualizarem pessoalmente o conteúdo da demanda. A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** informou que o Seminário Nacional de Águas Subterrâneas contará também com apresentações das experiências de diversos estados com relação às outorgas de águas subterrâneas, reforçando a importância dos membros da CTPOAR neste Seminário. O **Sr. Rafael Mello (CERH-DF)** informou sobre o investimento feito a 4 anos atrás pelo governo do DF para a perfuração de 124 poços de monitoramento em seu território para acompanhamento da relação entre águas superficiais e subterrâneas, e que têm uma experiência interessante na outorga de águas subterrâneas (com cerca de 7.000 poços outorgados), sendo que a própria Caesb possui cerca de 300 poços que complementam o abastecimento de água do Distrito Federal. Informou também que em seus estudos sobre as reservas permanentes, renováveis e exploráveis, já detectaram regiões no DF com superexploração de águas subterrâneas, nas quais já não são mais permitidas outorgas para poços. Item 03 - Aprovação da ATA da 114ª reunião da CTPOAR: O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** sugeriu que a parte da reunião conjunta deveria ser analisada durante a reunião conjunta, e todos concordaram. Após algumas modificações no texto sugeridas pelos presentes, a ata foi aprovada, incluindo a parte da reunião conjunta no que se refere às falas dos representantes da CTPOAR. Item 04 - Avaliação de proposta de Moção que “pede revisão de normativos relativos a outorga de uso de recursos hídricos a unidades termelétricas no Estado do Ceará”. Por representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacia - Fonasc: O **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** iniciou sua apresentação a partir do ofício de encaminhamento à Sec. Executiva do CNRH que descreve as pertinências legais e o mérito da discussão, considerando a competência do Conselho Nacional de se posicionar a respeito das questões envolvendo os recursos hídricos no país, independentemente da soberania do Estado, entendendo que esta não está sendo invadida por se tratar apenas de uma proposta de Moção e não Resolução. Informou que as bases do FONASC-CBH no Ceará fizeram colocaram esta demanda para que a instituição buscasse este apoio junto ao CNRH. Ressaltou que foram feitos levantamentos fundados em dados técnicos que mostram que a situação do uso da água no Estado, como no caso da Termelétrica de Pecém, está ferindo o princípio dos usos múltiplos preconizado na Lei n. 9.433/97, bem como a prioridade do uso da água para abastecimento humano e dessedentação animal, com aval da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos COGERH/CE, que tem concedido outorgas para



estes empreendimentos. Apresentou o teor da Moção, que pede a revisão de normativos relativos a outorga para as unidades termoeletricas no Ceará. Passando-se às discussões, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** solicitou esclarecimento se esta solicitação de revisão das outorgas já foi encaminhada ao órgão outorgante (COGERH) e quem encaminhou. O **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** esclareceu que a demanda foi encaminhada pelo Fórum de Entidades Cíveis do Ceará, e que esta petição foi feita ao governo do Estado. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** então explicou que a demanda deveria ser levada primeiramente ao ente outorgante, depois ao CBH competente, que tem a prerrogativa de mediação de conflitos em primeira instância, já que este aparenta ser um caso de conflito por escassez absoluta. Em terceiro lugar a demanda deveria ser levada ao CERH, e por fim, caso não haja entendimento entre os colegiados, tanto o CBH quanto o CERH pode encaminhar a demanda ao CNRH para avaliação em última instância, conforme estabelece a Lei 9.433/97. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** complementou entendendo que o CNRH não deve sobrepassar as competências dos demais colegiados (CBHs e CERHs) dentro do SINGREH. O **Sr. Igor Ribeiro (MME)** também questionou o procedimento deste requerimento, colocando também que a revogação das outorgas das termoeletricas colocaria em risco todo o abastecimento elétrico do sistema Nordeste, já que as hidroelétricas do São Francisco estão sofrendo redução drástica em suas operações devido à seca na bacia. Isso traria como consequências graves problemas sociais e econômicos para a região como um todo. O **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** argumentou novamente sobre a importância do CNRH, dentro de suas competências, posicionar-se em relação aos problemas envolvendo os recursos hídricos do país, e que não reconhece a decisão terminativa da Sec. Executiva ou de qualquer uma das Câmaras Técnicas do Conselho em relação aos assuntos levados à discussão com obediência ao seu regimento, e informou que os CBHs muitas vezes não têm se manifestado em relação aos pleitos colocados pela sociedade civil. O **Sr. Sebastião Bosquilia (CBHs)** colocou que o estado de São Paulo também tem sofrido com empreendimentos mineradores de carvão, que apesar de deixarem grandes passivos ambientais e sociais de seu processo de exploração, muitas vezes têm seus licenciamentos aprovados até sem grande envolvimento dos CBHs, já que os problemas são mais afetos ao licenciamento ambiental e não à outorga. Por fim, o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** entendeu que a CTPOAR não avaliou o mérito da proposta considerando a necessidade dos procedimentos de encaminhamentos junto primeiramente ao CBH e ao CERH, e a partir daí, incluídos os documentos com o posicionamento destes colegiados, a CTPOAR poderá se manifestar sobre a demanda. A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** colocou que a demanda poderia ser encaminhada por ofício ao CBH solicitando sua manifestação sobre o assunto, para que depois a proposta possa ser analisada pelo CNRH. Esclareceu também que a demanda do FONASC-CBH foi encaminhada para a apreciação pela CTPOAR num primeiro momento, pois as Câmaras Técnicas são responsáveis por subsidiar o CNRH por meio da análise técnica das demandas encaminhadas ao Conselho – papel que não cabe à Sec. Executiva. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** complementou que as informações adicionais devem ser buscadas pelo demandante junto ao CBH e ao CERH, propondo um encaminhamento de que a CTPOAR não avaliou o mérito da proposta sendo necessária sua complementação prévia, o que contou com a aprovação da grande maioria, com exceção do **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)**. [Item 05 - Discussão da proposta de revisão da Resolução CNRH nº 16/2001, considerando os temas prioritários que serão tratados, bem como a proposta de Seminário para coleta de subsídios e contribuições à Resolução:](#) o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** informou que sobre este item, ele já teve uma conversa com o **Sr. Luiz Fernando Carneseca (DAEE/SP)** na qual solicitou que fizesse uma apresentação sobre as novas regras e procedimentos de outorga em São Paulo, o que traria uma percepção sobre as atualizações sobre os processos de outorga, importante para o assunto da revisão da Resolução CNRH n. 16/2001. Lembrou também da sugestão de se realizar uma Oficina sobre o assunto, onde seria apresentada a experiência de São Paulo e de outros estados. Sobre a Possibilidade da Oficina o **Sr. Luiz Henrique (ANA)** informou que a Agência não teria condição de apoiar sua realização ainda no segundo semestre de 2017 em virtude de diversos outros eventos programados para o período com apoio da ANA. A **Sra. Roseli Souza (MMA/SRHQ)** também informou que a Sec. Executiva também estava com muitos Seminários e Oficinas já programadas para este segundo semestre, além de outros eventos nacionais na área de recursos hídricos que estavam programados para o mesmo período, tal

como o Congresso Mundial de Dessalinização da IDA (final de outubro) e o Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos da ABRH (final de novembro), sendo difícil compatibilização de agendas tendo em vista estes e outros eventos. Sugeriu que a CTPOAR focasse em trabalhar nos objetivos e na programação da Oficina, vislumbrando sua realização no início de 2018. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** lembrou sobre o prazo colocado no PNRH para o cumprimento desta meta, que seria até final de 2018, e que a revisão da Resolução CNRH n. 16/2001 é o item mais importante para a CTPOAR. O **Sr. Nelson Santos (CERH-RN)** sugeriu que os representantes de cada um dos estados participantes na Câmara Técnica poderiam construir uma proposta preliminar (seriam 15 minutos) e trazer para unificação dentro da CTPOAR. O **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** sugeriu que a ANA ficasse responsável pela elaboração de uma primeira minuta única para início dos trabalhos da CTPOAR, considerando as suas experiências quanto à outorga, a qual contaria com as contribuições dos estados durante as discussões dentro da Câmara Técnica. Por fim, com duas abstenções e um voto contra pelo **Sr. Nelson Santos (CERH-RN)**, encaminhou-se que a ANA elaboraria a versão preliminar para início das discussões dentro das reuniões da CTPOAR, durante as quais os estados trariam suas contribuições. Item 06 - Avaliação demanda encaminhada por FURNAS que “solicita deste CNRH a suspensão do processo de revisão de outorga de recursos hídricos para a UHE Batalha, e apoio para a revogação da Resolução ANA nº 564/2010, retornando assim aos valores de usos consuntivos previstos na DRDH e na outorga objeto da Resolução ANA nº 489/2008”: Antes de iniciar a apresentação, o **Sr. Antônio Miranda (MMA/SRHQ)** esclareceu que esta demanda foi encaminhada à Sec. Executiva fora do rito previsto no regimento do CNRH (apresentada por um Conselheiro), e que foi incluída na pauta da CTPOAR por pertinência do assunto e apenas para conhecimento da demanda, não havendo necessidade de a Câmara Técnica se posicionar sobre a demanda naquele momento. O **Sr. João Clímaco (FONASC-CBH)** sugeriu que a Sec. Executiva adote procedimentos claros quanto a não admissibilidade de pleitos para as Câmaras Técnicas, como aconteceu no caso da proposta de Moção que encaminhou no Item 04, necessitando que a Sec. Executiva faça uma análise de mérito das propostas antes de chegarem às Câmaras Técnicas para se evitarem constrangimentos, citando o caso do processo por quebra de decoro, analisado pela Comissão de Ética do CNRH, e apresentado na última reunião plenária. O **Sr. Antônio Miranda (MMA/SRHQ)** reiterou que a demanda foi incorporada como forma de apresentação, não havendo impedimentos regimentais para que as Câmaras Técnicas, bem como o próprio Conselho, tomem conhecimento sobre os assuntos encaminhados a qualquer momento, por qualquer interessado. Informou também que a Sec. Executiva já sofreu críticas no passado pelo próprio FONASC-CBH por não levar ao conhecimento das Câmaras Técnicas e do CNRH determinados assuntos considerados fora de pertinência ou apresentados fora dos trâmites regimentais. Assim, a Secretaria entendeu a importância de se levar os assuntos diversos envolvendo recursos hídricos no país para que o Conselho tome conhecimento, o que não fere seu regimento interno e não impede que estas informações sejam internalizadas em suas discussões, caso seja verificada sua pertinência. A palavra então foi passada para a **Sra. Letícia Costa (FURNAS)** que se apresentou e agradeceu a oportunidade de participar naquela reunião, junto com os **Srs. Engs. Dimitri Aviles e Guilherme Macedo (FURNAS)**, que também se apresentaram. Em seguida, contextualizou a demanda sobre a usina hidrelétrica de Batalha, informando que a solicitação de apoio encaminhada ao CNRH representa um pleito comum a outras companhias do setor integrantes do Setor Elétrico Nacional. Contextualizou o marco regulatório existente no sistema elétrico interligado nacional. Explicou que para o empreendimento adquirir a concessão para exploração ele necessita de uma aprovação pela ANEEL dos estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental, sendo que na parte ambiental é requerida uma licença prévia junto aos órgãos ambientais competentes, bem como uma Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica (DRDH) emitida pelos órgãos outorgantes. Todas estas exigências, além dos estudos de outorgas e de manutenção das vazões naturais efluentes dos reservatórios, compõem os editais de leilão das concessões. Ressaltou que o retorno de investimentos dos empreendimentos é de longo prazo (em torno de 35 anos), de forma que os investidores do setor necessitam de certa garantia sobre a viabilidade técnica do empreendimento no longo prazo, para que tenham interesse em concorrer nos leilões. Por essa razão é são feitos amplos estudos hidrológicos, geológicos e estruturais a fim de se prevenirem problemas futuros, incluindo impactos sociais às

comunidades ribeirinhas. Complementou esclarecendo que não há como se medirem os impactos de modificações nos marcos regulatórios, cujas mudanças podem levar à inviabilização do empreendimento, como, por exemplo, modificações diversas nas outorgas já concedidas. Neste sentido, informou que as ações em 2005 para viabilização do empreendimento da hidrelétrica de Batalha consideraram um espectro de uso consultivo para a DRDH que variava entre 1,26 a 7,67 m<sup>3</sup>/s (2005 a 2040, respectivamente), a qual foi transformada em outorga. No entanto, disse que em 2010, por deliberação do CBH-Paranaíba sem consulta a Furnas, esta outorga para usos consultivos no reservatório, principalmente para irrigação, que era de 7,67 m<sup>3</sup>/s (referência para 2040), passou a valer para o ano de 2010, sendo que o valor considerado para 2040 passou a 13,6 m<sup>3</sup>/s. Isso impôs um risco à operação da hidrelétrica que é de difícil mensuração, mas que as perdas estimadas preliminarmente por Furnas, equivale à perda de uma hidrelétrica de 115 megawatts (MW). Complementou que a vazão afluente ao reservatório prevista na DRDH e na outorga emitidas pela ANA é de 17m<sup>3</sup>/s, sendo que, com as modificações já mencionadas no marco regulatório, as retiradas nos rios afluentes aos reservatórios passaram a 26 m<sup>3</sup>/s, e a outorga coloca que o empreendimento deve manter uma vazão de 23 m<sup>3</sup>/s efluente do reservatório nos períodos de estiagem. Por fim, expressou a preocupação do setor elétrico com relação às mudanças, e da sua possível retroatividade, nas prioridades para outorgas nas bacias pelos CBHs, mesmo para aquelas outorgas que já foram pactuadas há muitos anos atrás, mesmo que o setor elétrico esteja cumprindo com todas as suas obrigações colocadas pelo ONS, pela ANA, e pelos órgãos ambientais, incluindo a destinação de recursos expressivos para pagamentos de compensações ambientais e da cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Na sequência, o **Sr. Luiz Henrique (ANA)** informou que este tema está sendo apreciado pela ANA, e que a Agência não se manifestará sobre o assunto naquele momento, por se tratar apenas de um informe, mas já está articulando para viabilizar uma reunião com os representantes de Furnas para tratarem desse assunto. A **Sra. Letícia Costa (FURNAS)** respondeu a algumas dúvidas colocadas pelos presentes, e então o **Sr. Thiago Santana (CERH-MG)** agradeceu a presença e pelo informe prestado à CTPOAR, sugerindo que o pleito fosse encaminhado primeiramente ao órgão outorgante, no caso a ANA, e, caso seja de interesse do demandante, seja encaminhado pelas vias regimentais ao CNRH, o quê contou com o apoio do **Sr. Igor Ribeiro (MME)**, que também agradeceu pela oportunidade da apresentação, e informou que o MME tem assento no Conselho, e, portanto, deverá apoiar Furnas no encaminhamento da proposta. [Item 07 - Informes sobre a Oficina de Trabalho: Subsídios à definição de diretrizes para priorização de outorgas de direito de uso de recursos hídricos \(05 a 07/06/2017\), e sobre os trabalhos do GT- Prioridades para outorga. Por integrantes do GT: O Sr. Thiago Santana \(CERH-MG\),](#) membro do GT, iniciou informando que a oficina contou com a discussão de alguns conceitos, como por exemplo, aplicação, definição, impactos da priorização para outorga, elaborando-se um documento no qual o GT ainda está trabalhando, mas que as discussões ainda estão em amadurecimento. Informou que muito tem se discutido sobre a priorização para outorga, ou para a bacia como um todo, ou para situações pontuais em que existam conflitos, ou dentro dos prognósticos dos planos nos quais existam perspectivas de ocorrência de conflitos futuros. Outro aspecto que tem sido discutido são os impactos das alterações das prioridades sobre os usos já consolidados nas bacias. Outro ponto discutido se refere à fragilidade das informações utilizadas para embasar a definição das prioridades, como o caso do senso agrícola de 2006, que possui um grande lapso temporal. Têm-se abordado casos similares ao trazido no item anterior pelos representantes de Furnas, bem como outros casos como o conflito entre irrigantes e o setor elétrico na bacia do São Marcos. Mencionou também que outro ponto ainda sem consenso no GT diz respeito ao produto final: ou será nova Resolução; ou entrará na revisão da Resolução n. 16/2001; ou entrará como uma emenda dentro da revisão da Resolução n. 145/2012 (sobre planos de recursos hídricos). Lembrou também que o GT agendou reunião para os dias 02 e 03/10, havendo possibilidade da próxima reunião da CTPOAR ocorrer também nesta época, conciliando com a do GT. O **Sr. Luiz Henrique (ANA)** complementou que nas discussões sobre bacias críticas também surgiram dúvidas com relação à possibilidade de se definirem prioridades além daquelas já previstas na Lei n. 9.433/97 nas situações de escassez absoluta. Lembrou que outro ponto que surgiu nas discussões foi o conceito de comprometimento hídrico, já que os conflitos podem ocorrer mesmo nas situações em que a escassez não existe, embora



o GT ainda nem tenha entrado no mérito de como a priorização para outorgas seria operacionalizada pelos órgãos gestores. Informou também que o GT tem trabalhado via e-mails no sentido de dar mais agilidade aos seus trabalhos. Item 08 - Apresentação sobre o “Projeto Legado - Desafios e Propostas para a Gestão das Águas no Brasil”. Por representante da Agência Nacional de Águas - ANA: O Sr. **Paulo Libanio (ANA)** apresentou o documento como um todo, passando item a item, ressaltando que o Projeto Legado foi uma idealização do próprio Diretor-Presidente da ANA, Vicente Andreu, o qual é o líder do projeto e tem participado ativamente na sua condução. Informou que o objetivo do Projeto Legado é apresentar propostas para aprimoramento da Lei n. 9.433/97, bem como da gestão dos recursos hídricos, por meio de propostas de Resoluções do CNRH e de Decretos, ressaltando que a ANA pretende levar o documento ao 8º Fórum Mundial da Água. Reforçou que o documento ainda está sendo apresentado em diversas oportunidades para coleta de sugestões, sendo que a última apresentação do documento, antes do 8º Fórum mundial, será no Simpósio da ABRH em novembro de 2017. Disse que existe um GT-Projeto Legado (Comitê Consultivo) dentro da ANA, que avalia as sugestões recebidas e quais delas serão incorporadas ao documento. O GT é formado por: Maria do Socorro (Coordenadora), Paulo Libanio, Marco Neves, Maurício Andrés, e Vicente Andreu (Presidente). Mencionou que o documento e os formulários para contribuições estão disponíveis no site da ANA, em: <http://www2.ana.gov.br/Paginas/projetos/ProjetoLegado.aspx>. O Sr. **Thiago Santana (CERH-MG)** questionou, tendo em vista a competência dada ao CNRH para analisar propostas de alterações legislativas sobre os recursos hídricos, conforme explícito no Inciso V do Art. 35 da Lei n. 9.433/97, porque o CNRH, que é o ente máximo do SINGREH, ao qual a ANA é um ente subordinado, não foi envolvido desde o início da construção do Projeto Legado. A Sra. **Zeila Piotto (Indústrias)** também questionou qual o papel da CTPOAR sobre este tema, tendo em vista que se trata apenas de mais uma apresentação, como aconteceu no item anterior da pauta. O Sr. **Paulo Libanio (ANA)** esclareceu que uma dúvida sobre os encaminhamentos do Projeto Legado era justamente sobre a forma de seu encaminhamento com envolvimento do CNRH, sendo que o mesmo foi apresentado na última reunião do Conselho (37ª), na qual o Secretário Executivo do CNRH, bem como alguns conselheiros, solicitaram que a ANA fizesse as apresentações nas Câmaras Técnicas para a apropriação das informações pelo Conselho. Informou também que seu entendimento sobre o encaminhamento das propostas do Projeto Legado é o mesmo do Diretor Presidente da ANA: no que couberem deliberações CNRH (propostas de Resoluções ou Moções), então o Conselho deverá ser ouvido, mas a ANA, assim como qualquer cidadão brasileiro, pode encaminhar propostas de alterações legislativas, portarias e decretos, diretamente ao Congresso Nacional, ou instância legislativa competente, no sentido de promover o debate mais amplo sobre nosso modelo de gestão, entendendo que o CNRH não é o proprietário exclusivo das discussões sobre água no Brasil. O Sr. **Thiago Santana (CERH-MG)** então acrescentou novamente que: (i) é necessário seguir um rito processual de encaminhamento de propostas ao CNRH; e (ii) a ANA é um ente do SINGREH, criado pela Lei n. 9.433/97, e que por isso, ao colocar tais propostas de alteração na legislação sobre recursos hídricos, assim como propostas de Resoluções do CNRH, deve respeitar a estrutura do Sistema na qual a Agência está inserida. O Sr. **Antônio Miranda (MMA/SRHQ)** reiterou que as apresentações e informes que são levados ao CNRH por meio de suas Câmaras Técnicas, mesmo que não sigam um rito regimental, são importantes para ciência do Conselho acerca das questões afetas aos recursos hídricos no país, assim como aconteceu no caso da apresentação feita por Furnas, o que não impede que estas questões sejam apropriadas e internalizadas nas discussões de suas Câmaras Técnicas para subsidiar um posicionamento do Conselho. A Sra. **Zeila Piotto (Indústrias)** lembrou que muitas das propostas contidas no Projeto Legado já estão em discussão no CNRH, sendo que algumas delas, inclusive, compõem metas prioritárias do PNRH. Também entendeu que a Câmara Técnica deveria analisar a versão final do Projeto Legado, e não a versão Zero.2. A Sra. **Cláudia Lima (MMA/SRHQ)** sugeriu a inclusão de marcações/destaques nas alterações realizadas a cada versão do documento do Projeto Legado disponibilizada no portal da ANA, para facilitar a compreensão das alterações realizadas, e de quais critérios adotados pela Agência para incorporar ou descartar as contribuições enviadas pela sociedade e pelos atores consultados durante as reuniões setoriais. Esta sugestão foi acatada pelo representante da ANA. Após ampla discussão, o Sr. **Thiago Santana (CERH-MG)** agradeceu ao representante da ANA pela apresentação. Por fim, a CTPOAR




encaminhou, com apenas 3 abstenções, que a proposta precisa ser discutida no âmbito do CNRH, mas que não iria avaliar a versão Zero.2, e sim a versão que iria para o Simpósio da ABRH. Assim, foi agendada uma reunião extra para os dias 03 e 04/10 com objetivo de tratar exclusivamente da construção de um Parecer Técnico com o posicionamento da CTPOAR a respeito do Projeto Legado. Item 09 - Encaminhamentos e Encerramento da reunião: O Sr. **Thiago Santana (CERH-MG)** relembrou alguns dos encaminhamentos do dia: (i) a reunião extra para os dias 03 e 04/10, compatibilizando com a reunião do GT-Prioridades para outorga com objetivo de tratar exclusivamente da construção de um Parecer Técnico com o posicionamento da CTPOAR, no âmbito de suas competências, a respeito do Projeto Legado - versão anterior ao SBRH; (ii) a possibilidade de marcar uma reunião conjunta com a CTAS em Salvador, BA, no final de novembro, conciliando com o Seminário Nacional de Águas Subterrâneas; e (iii) a revisão da Resolução n. 16/2001 fica para a reunião de novembro, para a qual a ANA elaborará um minuta preliminar para início das discussões. Por fim, encerrou a reunião agradecendo aos presentes pela colaboração nos trabalhos.

Ata aprovada na 117ª reunião, realizada nos dias 23 e 24 de novembro de 2017.



**Thiago Figueiredo Santana**  
Presidente da CTPOAR



**Antônio Calazans Reis Miranda**  
Relator da CTPOAR

ANEXO – Lista de Presença da Reunião Conjunta CTAS-CTPOAR